

- [Primeira Página](#)
- [Geral](#)
 - [Pinga-Pinga](#)
- [Opinião](#)
 - [Editorial](#)
 - [Coluna](#)
- [Politicando](#)
- [Cidades](#)
- [Esportes](#)
- [Sociais](#)
- [Fale Conosco](#)
 - [Expediente](#)
 - [Quem Somos](#)
 - [Publicidade e Assinaturas](#)
- [Blogs](#)
 - [Blog do Ediney](#)
 - [Bocó Repórter](#)
 - [Meu Intercâmbio no México](#)

Reforma obriga estados e municípios a mudarem o regime da Previdência

28 de fevereiro de 2020 em [Geral](#) - [Comente](#)



Com um **rombo gigantesco nas finanças**, o sistema da previdência vem sofrendo **inúmeros ajustes e alterações** buscando o equilíbrio fiscal. Ainda no ano passado, os senadores aprovaram a proposta, que inclui os estados e municípios na **reforma da Previdência** e traz significativas mudanças para os regimes próprios do serviço público.

De acordo com o **atuarista Luiz Claudio Kogut**, a grande maioria das prefeituras conta com um **regime de previdência próprio do funcionalismo**. “As mudanças propostas pela União são obrigatórias e atingem a grande maioria destes sistemas, os quais apresentam

um déficit atuarial”, relata Kogut, explicando sobre o tema. “A nível municipal, os órgãos tem superávit financeiro, ou seja, dinheiro em caixa. No entanto, muitos deles apresentam um déficit atuarial, este quando em uma projeção ao longo dos anos tende a faltar recurso”, detalha.

Devido a este cenário, a **União decidiu incluir os estados e municípios na reforma da Previdência**. Entre as mudanças estabelecidas está a **alíquota de contribuição** dos servidores, que passará de 11% para 14%. “Este valor será descontado do salário do funcionário público, estando as prefeituras com déficit atuarial obrigadas a aderirem”, explica Kogut, apresentando um panorama da região. “A maior parte terá que fazer esta adesão devido aos sistemas serem antigos e, em muitos casos, terem mais aposentados que servidores ativos. Uma das exceções é Fazenda Rio Grande, que tem um regime recente e um valor significativo em conta”, salienta.

Outra alteração proposta pela lei está no pagamento de **benefícios como licença maternidade, afastamento médico, salário família, auxílio reclusão**, entre outros. “Atualmente, os regimes próprios são os responsáveis por custear estes valores. Na nova lei, esta obrigatoriedade passará a ser das prefeituras, visando diminuir os gastos do sistema previdenciário, mas, ao mesmo tempo acabam onerando as gestões municipais”, pontua Kogut.

As adequações das prefeituras a estas novas regras devem ser **confirmadas até o dia 31 de julho**. “Os gestores terão que elaborar um projeto de lei oficializando as mudanças, o qual deverá ser analisado e votado pelos vereadores”, conta Kogut. Em caso de descumprimento, as prefeituras poderão ficar sem certidão negativa e sujeitas a uma série de sanções, como o não recebimento de determinados recursos.

Outras mudanças como a **idade para aposentadoria e tempo de contribuição** não são obrigatórias neste momento, mas podem ser adequadas conforme as regras de cada sistema municipal.

Previdência do Estado - O Paraná é um dos estados que já aderiram às novas mudanças da reforma da Previdência, alterando a alíquota de contribuição de 11% para 14%, além da idade mínima de aposentadoria passando para **65 anos para os homens e 62 anos para as mulheres**. “O sistema estadual tem um rombo de R\$ 20 bilhões e as mudanças se tornaram inevitáveis”, avalia Kogut. Estas alterações foram aprovadas em dezembro do ano passado pelos deputados sob forte protesto do funcionalismo público, tendo os manifestantes invadido a sede da assembleia legislativa, o que obrigou os parlamentares a alterarem momentaneamente a sede do legislativo para a Ópera de Arame.

Compartilhar:      

Notícias Relacionadas



[Carteira Digital de Trânsito passa a permitir indicação de condutor](#)



[Coronavírus: com 2 casos confirmados, Brasil monitora 433 suspeitos](#)



[Sesa informa que não há Covid-19 no Paraná](#)



[Termina hoje prazo para pré-selecionados no Fies complementarem dados](#)

Deixe seu comentário

Nome (obrigatório)

Email (obrigatório)

Pesquisar Notícias

O Regional Play



Regional nas Redes

Facebook



Jornal O Regional
Curtir Página 10 mil curtidas



Jornal O Regional
há 2 horas

Texto permite ainda a contratação temporária em casos de emergência



Twitter

Tweets por @o_regional



Jornal O Regional

@o_regional

Entre as autuações mais comuns, de acordo com a PRF, estão excesso de velocidade, farol baixo desligado e ultrapassagem em local proibido oregionalpr.com.br/2019/04/saiba-...

30 de abr de 2019



Jornal O Regional

@o_regional

Estimativa da Deral, da Secretaria de Estado da Agricultura, aponta que produção da safra de grãos 2018/19 será 5% maior do que no ano passado e também superior à estimativa anterior, de 37,1 milhões oregionalpr.com.br/2019/04/parana...

30 de abr de 2019



Jornal O Regional

@o_regional

Dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Contínua, divulgada hoje pelo IBGE oregionalpr.com.br/2019/04/taxa-d...

30 de abr de 2019



Jornal O Regional

[Incorporar](#)

[Ver no Twitter](#)

Virtual

EDIÇÕES COMPLETAS

Última edição:

#1.212

Completa e gratuita!

O REGIONAL

Notícias

- [Cidades](#)
- [Esportes](#)

Opinião

- [Editorial](#)
- [Politicando](#)

Seções

- [Colunas](#)
- [Pinga-pinga](#)
- [Sociais](#)

Expediente

- [Fale Conosco](#)
- [Preços e Assinaturas](#)
- [Quem Somos](#)

Parceiros

- [FIEP](#)

© 2020 [Jornal O Regional](#)

Feito pela [Kakoi Comunicação](#).